



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8225 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

ESCOLAS DO IMPERADOR: FORMAS ESCOLARES, NARRATIVAS E PRÁTICAS DOCENTES NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX.

Luciana de Almeida Silveira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ESCOLAS DO IMPERADOR: FORMAS ESCOLARES, NARRATIVAS E PRÁTICAS DOCENTES NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX.

Perscrutar sobre os possíveis papéis exercidos pelas Escolas do Imperador na cidade do Rio de Janeiro por meio de suas formas escolares, narrativas e práticas docentes no último quartel do século XIX, constitui o objetivo deste trabalho. Buscando refletir sobre as culturas escolares (VIDAL, 2005; JULIA, 2001); as tradições escolares inventadas (BOTO, 2014; HOBBSAWM, 1984); as narrativas e práticas docentes (LE MOS, 2014; GONDRA e SCHUELER, 2008) e a dimensão simbólica da cultura material (FOUCAULT, 2017; VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 1998), as Escolas do Imperador são compreendidas como um projeto de construção de um lugar específico para a escolarização (VINCENT, LAHIRE e THIN, 2001). Em termos metodológicos, adotou-se uma pesquisa bibliográfica e documental acerca dos prédios escolares, composto por fotografias, registros iconográficos, projetos arquitetônicos e relatórios ministeriais.

Conhecidas como “palácios escolares”, as escolas foram erguidas por D. Pedro II a partir de 1870, com os recursos doados pelo povo, ora destinados à construção de uma estátua em sua homenagem após a Guerra do Paraguai. Localizados em áreas de fácil acesso, os prédios se destacavam na paisagem, ao mesmo tempo em que pareciam reforçar as desigualdades sociais devido à distribuição desigual na cidade (SCHUELER, 2008). Considera-se que as escolas representaram uma primeira rede pública de ensino, tencionando a institucionalização da “forma escolar moderna”, a partir de prédios suntuosos dotados de critérios higiênico-sanitários e práticas disciplinadoras, debate respaldado em Foucault (2017).

As Escolas do Imperador estavam imersas em um cenário marcado por grandes epidemias na segunda metade do século XIX. A cidade contava com 11 freguesias urbanas e 8 rurais, sendo que as últimas ocupavam 85% do território. A cidade possuía 235.381 habitantes, sendo 185.289 livres e 50.092 escravos. Portanto, uma “cidade alternativa” instituída pelos escravos, libertos e negros livres pobres, dotada de uma dinâmica social própria, que não obedecia aos limites administrativos. Uma cidade, marcada pela escravatura que, enquanto “sustentáculo das classes senhoriais, estava disseminada na sociedade, presente em toda a sorte de serviços urbanos e na produção de mercado interno” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 228).

Recorrendo ao conceito foucaultiano de “medicina urbana”, era preciso superar o “medo da cidade” para governar a “cidade alternativa” e, respaldada na “teoria dos miasmas”, a intervenção urbanística tencionava ações de salubridade pública, acessibilidade e embelezamento estético. A Lei do Ventre Livre (1871) parece desencadear um processo de modernização das estruturas urbanas, em atendimento à nova configuração social, e incitar o problema da instrução popular, incluindo negros livres, libertos e escravos.

As novas formas escolares sinalizavam a fundação de um novo modo de socialização, além da preocupação com a arquitetura escolar, vinculada a uma educação estética necessária ao processo civilizatório, que funcionava como um programa de alto potencial educador (VIÑAO FRAGO e ESCOLANO, 1998). Os novos prédios se contrastavam aos coloniais, com a presença de elementos decorativos como as estátuas - Ciência, Agricultura, Arte e Indústria na defesa de valores ligados à modernidade, ao cientificismo, ao trabalho, ao crescimento industrial e à produção artística em escala. Como um “templo da civilização”, a materialidade dos palacetes escolares indiciava uma “educação do olhar”, voltada para o reordenamento do espaço social, com base nos preceitos da harmonia, da ordem, da beleza, do equilíbrio e da política higienista.

Remetendo a Boto (2014), as escolas parecem inovar ao consolidar uma “liturgia escolar”, por meio de uma cultura material associada a rituais, práticas e símbolos. Observa-se que as escolas reúnem um conjunto de “tradições inventadas”, em alusão a Hobsbawm (1984), que lhe conferem identidade ao mesmo tempo em que são passíveis de resignificação por parte dos sujeitos. Respaldados em preceitos da medicina social, cidade e escola eram projetados a partir de atores em comum - engenheiros, médicos e professores, que consolidavam os seus espaços de saber-poder, inseridos em uma rede de “sociabilidade intelectual”, sob a ótica de Gomes e Hansen (2016).

Remetendo a Julia (2001, p. 33), “a escola não é o lugar da rotina e da coação e o professor não é o agente de uma didática que lhe seria imposta de fora”. Sendo assim, o método misto, observado no cotidiano escolar, pode ser visto como uma operação tática do professor para lidar com os problemas escolares (VIDAL, 2005). Inúmeras eram as narrativas docentes como resposta, por exemplo, ao disposto no Ofício Circular, de 13 de julho de 1872, que buscava padronizar o método lancasteriano, com sugestões quanto à divisão do tempo escolar em dois turnos e do curso primário em quatro anos. Observam-se ainda forte associativismo e engajamento político por meio do Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte em 1871, além do envolvimento na imprensa, associações e conferências (LEMOS, 2014; SCHUELER, 2008).

Recorrendo a De Certeau (1998), inúmeras foram as estratégias e táticas de resistência dos professores com vistas a burlar, resignificar e reinterpretar os dispositivos impostos. Observou-se que a monumentalidade escolar dialogava bem com a estética urbana em construção, o que resultou no indiciamento das formas escolares como instrumento de escolarização do social. Sob a perspectiva de Foucault (2017), o projeto parece atender às necessidades de organizar, harmonizar e disciplinar os espaços e tempos citadinos no final do Império. Diante de um processo de remodelação urbana, a escola enquanto dispositivo de poder-saber assumia então a função de remodelação social dos comportamentos, hábitos e tradições. Enfim, foi lançado um convite ao leitor para reflexão acerca da emergência de um olhar estético civilizatório a partir das Escolas do Imperador no último quartel do século XIX.

Palavras-chave: História da Educação. Escolas do Imperador. Formas Escolares. Práticas Docentes. Cultura Material.

REFERÊNCIAS

BOTO, C. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. *Revista Brasileira de História da Educação* [Online]. Porto Alegre, v. 18, n. 44, set. / dez. 2014, p. 99-127.

DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

GOMES, A. M. de C.; HANSEN, P. S. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONDRA, J. G. e SCHUELER, A. F. M. de. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. v.1, jan. / jun. 2001, p. 9-44.

LEMOS, D. C. de A. Professores, Escolas e Palácios: a Instrução Pública nas Freguesias da Cidade do Rio de Janeiro (1870-1890). In: MIGNOT, A. C. V.; SILVA, A. L. da; SILVA, M. G. da (orgs.). *Outros Tempos, Outras Escolas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2014, p. 95-111.

SCHUELER, A. F. M. de. Escolas primárias e professores na corte imperial: educação escolar como objeto da história social. *Revista Momento*. FURG, 2008.

VIDAL, D. G. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, A. e ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade – a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VINCENT, G.; LAHIRE, B. e THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: UFMG, n.33, jun. 2001, p. 7-47.